

COIMBRA, OS LUGARES E O TERRITÓRIO

Manuel da Costa Lobo*

1 - A Cidade

Na Antiguidade, a Cidade era o espaço reservado para a instalação dos cidadãos, que comandavam a sociedade em geral e traçavam os seus destinos.

Na Idade Média, a Cidade era o espaço dentro das muralhas, onde se instalava o senhor, no seu palácio, com seus vassallos e toda a população em geral, em permanência ou aí acolhida em caso de conflito.

No nosso século XX, Lewis Mumford definiu a Cidade como o espaço de uma relação social integrada.

Ora para que esse espaço, que é a Cidade, possa conter uma relação social integrada, é necessário que nela habitem todos os estratos sociais e todos os grupos étnicos que constituem a sociedade dessa região, e então, aí representados, estabeleçam as respectivas relações uns com os outros ou, ao menos, entre os seus representantes.

E para que se desenvolvam as relações dentro da Cidade há que oferecer uma Área Central, um espaço por excelência colectivo do Centro Urbano.

Estas características impõem, para a Cidade, uma dimensão ampla, onde tudo isto possa ocorrer e dá à Cidade aquela qualidade criadora que deriva de relações, confrontos, intercâmbios. Assim se vai construindo uma civilização e se estabelecem as bases para o seu progresso.

Só que a Cidade também tem isolado o Homem da própria Natureza que o cerca e o condiciona, pela artificialização dos espaços e dos processos vitais, o que implica, hoje, repensar a Cidade. Não mais podemos acreditar numa solução racionalista com desrespeito das leis e das cadeias da Natureza - daí advêm os princípios da sustentabilidade e das reservas ecológicas - mas também acabamos por concluir que não podemos esquecer e desconsiderar a multiplicidade de dimensões que se encontra na natureza humana, com toda a sua espiritualidade, ambições, afectividade, crenças, intuições, imaginação criadora, ... Da interdisciplinaridade estamos a passar para a transdisciplinaridade.

Assim, como simples referência, diríamos que uma Cidade deverá ter uma dimensão mínima da ordem dos

50.000 habitantes, com a sua Área Central bem desenvolvida para a sua população e para a da região envolvente na sua influência (poderá conduzir-nos esta noção para o conceito de cidade-mosaico). O valor médio da população de uma Cidade poderá rondar os 250.000 habitantes. As grandes Cidades atingirão o milhão de habitantes. Depois temos as Áreas Metropolitanas conglomerados de Cidades ou as Megacidades, que já estamos a enfrentar no mundo, implicando estas o desenvolvimento de novos conceitos de Cidade multicentro, subcidades, região urbana. É assunto para outra ocasião, mas não devemos tardar muito a abordá-lo. É um desafio que está a chegar.

2 - Horizontes

Ao pensar no futuro das Cidades há que precisar o que é o futuro. Nos planos de urbanização dos anos 30 e 40 falava-se de horizontes de 25 ou 30 anos. Depois foi-se verificando cada vez mais a incerteza das previsões e pensou-se que a solução seria encurtar o prazo. É como a indústria que, para comprimir despesas, decide produzir menos... De facto, a natureza do planeamento urbanístico, de nível local ou regional, tem como característica fundamental o futuro, a previsão, pelo que cortando nesse parâmetro estamos a reduzir o próprio planeamento, eventualmente a estiolá-lo.

Como referência, podemos dizer que $\cong 5$ anos é o curto prazo, $\cong 10$ é o médio, $\cong 20$ é o longo prazo e ≥ 40 é o muito longo prazo. Quer dizer, abaixo de 5 anos já praticamente não há horizonte de planeamento, pode é haver o lançamento de projectos e de construções, ou seja, a instrumentalização do plano.

A verdade é que nem sequer há que escolher entre os vários tipos de prazo possíveis. Há que adoptar todos e que aplicar uns e outros consoante a componente que está em causa. As grandes obras de engenharia, para se justificarem, terão que considerar prazos de, ao menos, umas boas dezenas de anos (a nova ponte Vasco da Gama afirma ser obra para uma duração de 120 anos). As questões ambientais já vão referindo preocupação com horizontes de centenas de anos.

* Instituto Superior Técnico de Lisboa.

É óbvio que o contexto de incerteza e o correspondente leque de cenários possíveis se vai alargando com o prazo do horizonte. O sistema de horizonte deslizante permite, contudo, ir acertando o processo e as respectivas estratégias, por inflexões sucessivas e de certo modo iterativas.

Em termos teóricos, os planos deverão, assim, ser constituídos por partes mais rígidas, ou mesmo fixas, e partes mais flexíveis, de tipo indicativo, ou mesmo contendo, em si mesmas, hipóteses alternativas. Esta fórmula permitirá ter decisões firmes tão tarde quanto possível mas sempre dentro do prazo útil, nunca fora de tempo! É um sistema pré-decisório tão antecipado quanto possível, com decisões em tempo real tornadas firmes tão tarde quanto possível.

3 - A investigação no domínio urbanístico

Os investigadores da ciência urbanística perdem-se em domínios afins, certamente importantes mas pouco específicos da natureza própria do planeamento regional e urbano, que é por excelência um espaço de relacionamento e de síntese.

A primeira pesquisa a fazer é indagar quais são as investigações em curso, ou já feitas, e proceder à sua selecção e síntese.

Sendo fundamental em urbanismo a consideração sistémica dos fenómenos, há que privilegiar todos os exercícios que fundamentem as relações e que permitam a sua avaliação e a geração de alternativas.

Os modelos relativos às políticas do solo e os equilíbrios administrativos poderão ser matéria de grande interesse de investigação, tanto como o desenho urbano e a economia das infra-estruturas regionais e locais. São matérias de estudos a conjugar e aperfeiçoar entre si, de modo a conseguir as sínteses que mais interessam.

4 - Organização do poder na Cidade

Nas comunidades humanas sempre se formam lideranças espontâneas. Para além da astúcia e dos sinais exteriores de força e saber, as lideranças podem conseguir-se através dos canais burocráticos e de vias estratégicas sofisticadas. A complexidade da rede dos parceiros sociais fragiliza o poder democraticamente estabelecido e cada vez mais se pedem garantias para o exercício directo da participação dos cidadãos. Só que aí temos que enfrentar as anomalias próprias dos fenómenos de massas e as demagogias que manipulam a opinião pública, eventualmente incapazes de lhe oferecerem resposta e alternativas mais fecundas.

É daqui que resulta a necessidade de participação directa nos fenómenos locais, de escala maior, enquanto se vislumbra como necessário dispor de sistemas de participação indirecta para os escalões menores. As forças anti-sociais terão, assim, maior dificuldade em intervir.

5 - Os grandes espaços sócio-culturais

Abrem-se às cidades várias alternativas possíveis a tomar no tocante aos aspectos culturais.

Sendo difícil apontar para o caminho a seguir, é pelo menos fácil indicar modelos a não escolher.

Assim, a heterogeneidade própria da Cidade sugere, como princípio básico da sua ética, o respeito das várias culturas, umas pelas outras.

Há que lutar contra a segregação social na medida em que gere marginalizações e a consequente formação de ghettos e de atmosferas favoráveis ao crime e à insegurança.

Ora é preciso distinguir entre a segregação e a apropriação diferenciada do espaço visando a protecção de identidades e mesmo "encapsulamentos", onde uma certa segregação não impede o bom relacionamento entre os grupos sociais mas tão somente a constituição de sub-espacos com identidade própria, onde cada sub-cultura pode desabrochar e expressar-se livremente, sem constrangimentos.

A Cidade deve oferecer espaços de encontro e de intercâmbio, tanto como espaços de privacidade onde se possam libertar energias específicas e expressar maneiras de ser sem entrar em permanente fricção e conflito.

É neste espaço de afirmação da personalidade que seria bom desenvolver a arte e a sua múltipla capacidade de exprimir estados de alma e de tensões reprimidas, exactamente para encontrar oportunidades de cristalização e de satisfação em processos de promoção e de auto-estima. As artes plásticas e a música poderão ser então os veículos das mensagens que as culturas em presença deverão trocar.

6 - A Cidade e os seus fractais

Por força de problemas comuns de segurança, de abastecimento, de acessibilidade, de salubridade, de infra-estruturas, de imagem, etc. as Cidades criam um certo grau interno de coesão.

De forma nenhuma se trata de homogeneidade, mas de complementaridades sinérgicas que dão sentido à Cidade.

Só que o crescimento das Cidades as vai tornar mais frágeis e, eventualmente, fragmentáveis, onde cada frag-

mento pouco terá a ver com outros, assim se verificando um campo crescente de tensões e até de rupturas internas, progressivamente mais extensas e mais graves.

É esta consciência da fragmentação da Cidade que conduziu os estudiosos a teorizar sobre a sua coesão e modos estratégicos de a manter ou de a conseguir, para evitar o seu estilhaçamento interno, com todas as consequências de degradação social e, posteriormente, de falência económica.

7- Coimbra

É uma plataforma da História da Europa e do Mundo, uma referência indispensável, que deverá hoje redescobrir o seu futuro como aconteceu noutros momentos históricos.

1°. Capital do Reino imaginado pelo cristianismo para participar na estratégia de reconquista da Europa contra os mouros, que dominavam a Península Ibérica (antes tinha sido uma importante Cidade dos Romanos e dos Visigodos e dos próprios Árabes), já no início do 2°. milénio;

2°. Como centro urbano tornou-se, na Reconquista, uma importante cidade multi-cultural, com o desenvolvimento do moçarabismo e com o enraizamento de colónias judaicas, durante os séculos que precederam os descobrimentos.

3°. Esgotadas as potencialidades do espaço mediterrânico, tornado centro de conflitos e de sucessivas destruições civilizacionais, vão nascer em Portugal - a aprofundar-se no centro universitário de Coimbra, cuja criação formal remonta ao séc. XIII - alternativas para o seu futuro: a destruição do poder islâmico no Norte de África, o desenvolvimento económico interno com o estreitamento de relações no Norte da Europa, o lançamento de uma campanha de descoberta de caminhos marítimos e de novos espaços e recursos naturais e humanos e sua exploração.

4°. É assim que, de Lisboa, entretanto tornada a capital do Reino, se enceta a aventura dos Oceanos, das Novas Terras e das Novas Gentes enquanto Coimbra se mantém como sua rectaguarda intelectual, nomeadamente através do Real Colégio dos Nobres, liderado pela Companhia de Jesus e onde se preparavam missionários e outros actores do processo político, económico e cultural em curso.

5°. Pode afirmar-se que, durante cinco séculos, até ao nosso século XX, sem prejuízo do poder político se sediar em Lisboa, Coimbra liderou intelectualmente o desenvolvimento inerente a esta expansão do país, sem referir a das bases anteriores, onde a figura de Santo António,

percursor da vontade inabalável de evangelizar o mundo, demonstra bem a importância de Coimbra nessa trajectória, pela preparação que foi receber dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz.

6°. É deste ponto singular, à beira do Mondego, regionalmente bem enquadrado pelas bacias hidrográficas do Douro (ao norte) e do Tejo (ao sul), que Coimbra toma parte relevante nesta viragem da rota mundial, com a Europa liderando todos os acontecimentos à escala mundial durante cinco séculos e, praticamente, povoando três grandes continentes - a América do Norte, a América do Sul e a Austrália. Quanto a África verificou-se um processo de colonização das gentes e um certo percurso de assimilação cultural, agora, em parte, a atravessar um período de recessão. A Ásia, menos assimilada, mais resistente à presença europeia, está neste momento - mas só agora - a constituir um pólo alternativo na liderança do mundo, com suas gentes e especificidades, sem prejuízo de não escapar ao tal fenómeno de globalização tão apregoado e, até certo ponto, à sua "europeização", através da via da "americanização".

7°. Seja como for, é este dueto Coimbra-Lisboa que deu a volta ao processo histórico e que deu à Europa o lugar pelo qual ela viria a transbordar por todo o mundo.

8°. Nos sete pontos anteriores enunciei algumas ideias que, hoje, são História mas, afinal, bem recente e bem fundamental e expressiva para a Europa. Só que hoje, à entrada do terceiro milénio, esta fase de desenvolvimento civilizacional, tão simbolicamente evocada nos Jerónimos, com sua decoração exótica, está a dar mostras de chegar ao fim. Lisboa, a capital de Portugal, está a remeter-se para a sua posição de uma das cidades europeias, assinalável na cartografia da comunidade dada a sua expressão demográfica e a sua função política de capital do país. E, é claro, procura comemorar cinco séculos de História brilhante com a EXPO 98 e o seu Oceanário. Ultrapassado o evento, Lisboa receia ficar escalonada num modesto lugar do ordenamento das Cidades Europeias e tenta disputar o título de Capital Atlântica. Instala-se a confusão um pouco por toda a parte ...

9°. Tal como no séc. XIV e XV, há que fazer o exame de consciência, avaliarmos a nossa nova posição europeia e ponderar cenários alternativos de projecção internacional no novo panorama que se desenha. A nossa estratégia deverá ser hoje, mais do que nunca, a que corresponde à do "fraco" no admirável jogo do "voltarete", manobrando entre o "feito" e o "forte".

10°. Ora actualmente estamos perante um país de 10x106 habitantes onde ressaltam os dois grandes pólos metropolitanos de Lisboa e Porto (3+2≈5 milhões de habitantes) e a faixa para-urbana entre os dois, onde Coimbra pontifica como pólo intermédio de equilíbrio.

11°. A observação da Península Ibérica permite distinguir o hexágono dos grandes pólos urbanos do litoral e o grande pólo central, Madrid. Dos pólos periféricos destacam-se Lisboa e Porto pela sua proximidade relativa e pela sua forte interligação, de natureza histórica e tecnológica. Este facto, aliado às grandes potencialidades de complementaridade sinérgica entre Lisboa e Porto, aponta para uma alternativa ousada mas altamente qualificadora - o conceito do bi-pólo Lisboa/Porto e do seu braço para-urbano onde se destaca Coimbra, o tal ponto de equilíbrio (entre Lisboa e Porto, entre Leiria e Aveiro).

12°. Aceite o princípio de Coimbra como elemento estruturante do bi-pólo urbano Lisboa-Porto, então há que entender bem o que é e o que poderá vir a ser esse bi-pólo na Europa, como espaço para-urbano de mais de 5 ou 6 milhões de habitantes. Para já vejamos a sua localização. Trata-se da região urbana mais a sul do Arco Atlântico e mais a poente do Arco Mediterrânico (que tem Istambul no extremo nascente). É, assim, um espaço charneira, significando que não deverá abdicar no seu auto-planeamento. De facto, à escala da Europa, a Área Metropolitana de Lisboa, estendendo-se da Península de Lisboa, com o seu Cabo da Roca, até à Península de Setúbal, com a majestade da Serra da Arrábida e os seus ecossistemas mediterrâneos, constitui um vértice que naturalmente inclui a ponte de Sagres e o próprio Algarve, a antecâmara do Mediterrâneo. A Europa surge então como um grande triângulo com um segundo vértice no Cabo Norte e o terceiro em Istambul. É a base Lisboa-Istambul, que se estende ao Norte de África e que importa manter coeso.

13°. Então, de componente do pólo ocidental do modelo triangular da Europa, guarda avançada do lado norte da entrada do Mediterrâneo, Coimbra é o ponto de equilíbrio do binómio Lisboa-Porto, a sede do seu planeamento transfronteiriço interno, para reforço da unidade nacional na diferença entre os dois pólos e suas regiões de influência mas sem perda de independência no sistema peninsular.

14°. Para o desempenho da função pólo de equilíbrio transfronteiriço, Coimbra deverá assumir-se no contexto litoral penetrante Coimbra-Figueira da Foz, com toda a sua riqueza de corte transversal e de ligação ao interior, e de nova função transfronteiriça, agora externa, entre Portugal e Espanha, coordenando os respectivos desenvolvimentos e especificidades.

15°. A nível local temos Coimbra como ponte sobre o rio Mondego e o seu vale, como espaço de património cultural encimado pelo Alto da colina universitária e como transportador da memória da função intelectual e humanística tradicional que se procurará fazer perdurar e transmitir numa compreensão universalista e num con-

texto transdisciplinar da Ciência, da Arte e da Espiritualidade, até do foro mais íntimo da natureza humana - a contemplação, a meditação, a introspecção, o diálogo, o debate, a vivência da cidade e da região, a transmissão das mensagens, a sua expressão e síntese através do fenómeno artístico, a criação e o exercício da criatividade, a personalização e identidade.

Dos quinze títulos apresentados poderia sair um programa para o planeamento urbanístico da Cidade, a desenvolver no próximo milénio:

1°. Defender e valorizar as margens do Mondego como espaço biologicamente rico e paisagisticamente romântico, ainda que humanizado para o seu desfrute pela população, no recreio, no desporto, na contemplação. Penetrações nos Vales das Flores, Coselhas, etc.

2°. Estabelecer e reforçar as pontes entre as margens, nomeadamente a ponte de peões Almegue Oleiros, constituindo peças de arte integradas na paisagem, e construção da Ponte Europa e total remodelação da Ponte da Portela.

3°. Defesa e valorização do património cultural da Cidade, nomeadamente do Alto de St^a. Clara, da Baixa e de outros locais notáveis como St^o. António dos Olivais, Celas e área imediatamente envolvente da área Central da Cidade (Jardim Botânico e Seminário, Praça da República e Arcos do Jardim, Parque de St^a. Cruz e Av. Sá da Bandeira, Igreja de St^a. Cruz e Sofia, etc.), com programação sistemática de obras de conservação assistidas.

4°. Estrutura regional viária com eléctrico da Lousã, variantes rodoviárias exteriores, ligação rápida à Figueira da Foz, redução drástica da movimentação e estacionamento de carros na Área Central da Cidade e ascensor subterrâneo da Baixa para a Alta (saída múltipla).

5°. Correção programada, com calendário e metas claras, das obras infelizes que se executaram na Alta (como no Quebra Costas, Sobreripas, etc.). O caso especial do Largo 8 de Maio - porque falhou o seu desenho (o desnível não disfarçado - muros horizontais em vez de inclinados, largo encovado).

6°. "Plano Estratégico" Coimbra-Figueira da Foz, envolvendo Montemor-o-Velho, Condeixa, Penela, Miranda do Corvo, Poiares e, parcialmente, Penacova, Cantanhede, Mealhada e Soure, criando uma unidade inter-concelhia com vitalidade e sinergias próprias, o grande pólo central das Beiras e de coordenação norte-sul, Porto-Lisboa.

7°. Revitalização da Baixa de forma imaginativa, em concertação com o seu comércio e de maneira a torná-la, no seu conjunto, um sério concorrente aos grandes espaços comerciais (protecção da chuva - dispositivos fixos e móveis, carrinhos de compras, parques de estacionamento, navetas da Baixa até aos parques de estaciona-

mento e aos transportes públicos, animação de rua e actividades culturais, valorização estética e conservação de imagens e valores culturais).

8°. Melhoramento de caminhos de peões na Cidade e na Região - caso especial da passagem de peregrinos e, de um modo geral, valorização da estrutura verde local, municipal e regional.

9°. A nova estação de caminhos de ferro e a sua integração em espaço urbano, com correcção do perfil da Av. Fernão Magalhães e valorização da sua imagem como entrada no Centro.

10°. Programa de habitação de largo espectro e manutenção de espaços de emergência. Assistência social.

11°. Descentralização da gestão para manutenção do espaço público no concelho: I - Area Central e Zona Industrial, II - Norte, III - Sul, IV - Poente e V- Nascente.

12°. Programas participados e coordenados de conservação e reabilitação (eventual subdivisão do espaço I), envolvendo as infra-estruturas urbanas e os edifícios públicos e privados.